



Fracasso na tentativa de votar regimento ainda este ano não altera bom humor de Ulysses

Fica para 88 decisão final sobre regimento

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Fracassaram as tentativas do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para votar o regimento interno ainda este ano. Os líderes do PMDB e dos pequenos partidos não conseguiram entender ontem com o Centrão, que promete colocar mais de 280 constituintes em plenário (maioria absoluta) no dia 4 de janeiro, para "aprovar tudo e começar a votar o texto constitucional, de acordo com as regras da maioria", segundo afirmou um dos líderes do grupo, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Da confiar no acordo, ele considerava "muito difícil" manter os constituintes em Brasília até o dia 21. Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do Centrão, antecipou que a votação do regimento deveria ficar mesmo para janeiro. "Não haverá nenhum prejuízo. No dia 4 de janeiro nós votamos o regimento e começamos em seguida a votar a Constituição", disse ele.

"Eu vou continuar insistindo. Se tiver condições de mobilizar a maioria dos constituintes, nós ainda podemos votar semana que vem o regimento", disse ele, sem nenhuma convicção.

CADÁVER

O PC do B — cinco constituintes — depois de consultar o "camarada" João Amazonas, decidiu não participar de qualquer entendimento com a Mesa e lideranças na Assembléia Constituinte para a reforma do regimento interno. Foi o que disse o líder do partido, deputado Haroldo Lima (BA), após a primeira reunião de Ulysses Guimarães e líderes das bancadas e do Centrão, na manhã de ontem.

Haroldo Lima e o vice-líder Aldo Arantes (GO) não aceitaram propostas do Centrão de concessões aos pequenos partidos, sob a alegação de que o PC do B "não vai segurar na alça do caixão de defunto", referindo-se à futura Constituição. Aos jornalistas, mais tarde, Haroldo Lima falou que o partido não iria carregar "o cadáver putrefato", admitindo não assinar a nova Carta.

O fracasso do acordo, tentado ontem em duas grandes reuniões, impediu a votação de cinco destaques constituintes da Mesa ao regimento interno. Dois deles, assinados pelos líderes Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Brandão Monteiro, do PDT, suprimiam a maioria absoluta prevista para apresentação de emendas ao artigo primeiro do substitutivo. O terceiro suprimia a expressão "títulos e capítulos" do artigo primeiro. O quarto destaque acabava com a existência de 187 assinaturas para votação em separado. E o quinto destaque modificava também a redação do artigo primeiro. Os pedidos de destaque, por falta de acordo, não chegaram a ser formalizados pelos seus autores nem apresentados à Mesa da Constituinte.

Pouco antes de reunir-se, à tarde, com os líderes, o deputado Ulysses Guimarães já admitia jogar para janeiro os prazos para apresentação de emendas ao plenário. Apesar de ain-

Derrotada a manobra para votar 5 destaques

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Centrão conseguiu levar a melhor ontem, novamente, no plenário da Constituinte, ao não dar número para prosseguimento e conclusão da votação das alterações regimentais. O grupo preferiu deixar tudo para janeiro, tempo suficiente para preparar as suas emendas ao projeto de Constituição e colher o número necessário de assinaturas de apoio. Mas Ulysses Guimarães convocou nova sessão para terça-feira, quando se fará nova tentativa de votação.

Embora tivesse sido anunciado quórum "na casa" — 308 constituintes às 14h30, quando se abriu a sessão, e 388 às 17 horas, quando se passou à ordem do dia —, apenas 173 responderam à chamada nominal. Ulysses Guimarães nem a fez-lá, dada a "evidente falta de número em plenário" para votar o requerimento do Centrão e deliberar em bloco sobre os destaques e emendas pendentes. Mas Mendes Ribeiro (PMDB-RS) disse que a Nação precisava saber quem estava presente e quem não estava, pois "é dever de todos estar aqui". Votaram a favor do requerimento 54 constituintes; contra, 118. Ulysses, como de praxe, se absteve.

Confirmada a falta de número (para deliberação, há necessidade de no mínimo 280 constituintes), Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) pediu a Ulysses que suspendesse a sessão por alguns minutos, com o objetivo de encontrar uma fórmula de dar por concluída a votação. "Não se pode", alertou, "atravessar o ano sem essa decisão. Isso seria um desastre sob o ponto de vista de repercussão política". Ulysses atendeu-o. Durante uma hora, houve novos entendimentos. Mas em vão. As 20 horas, Ulysses abriu a sessão, mas apenas para anunciar a convocação de outra para terça-feira. E ouviu palavras de apreensão do líder do PDT, Brandão Monteiro. Ele acredita estar havendo uma demora proposital nos trabalhos da Constituinte para que a Constituição não seja promulgada antes de junho e impedir a eleição presidencial em 1988. O mandato de Sarney iria, assim, automaticamente para cinco anos.

A sessão se arrastava, enquanto nos bastidores Ulysses Guimarães e alguns líderes partidários desenvolviam os últimos esforços para concluir o acordo que estava quase acertado na hora do almoço. O "pinga-fogo", período destinado a breves comunicações, e que deveria durar apenas meia hora, estendeu-se por uma hora e 45 minutos.

Ainda nesse período de "pinga-fogo" começaram a ser feitos os primeiros discursos, de integrantes do

PC do B, condenando o acordo e acusando o Centrão de não dar número para prosseguimento da votação da matéria regimental. Os ataques prosseguiram, depois, durante as comunicações das lideranças.

Gastone Righi (SP), um dos coordenadores do Centrão, refutou, com veemência, as acusações e afirmações dos grupos radicais, inclusive uma de José Genofino (PT-SP), de que seu partido nem chegara a formular propostas na reunião das lideranças. "Chega de mentira", disse Righi. "O deputado Plínio de Arruda Sampaio estava lá e propôs 56 assinaturas para pedidos de preferência. E ou não é, sr. presidente?", perguntou a Ulysses. E justificou a ausência da grande maioria do Centrão. "Nós já aprovamos o que queríamos. O resto não nos interessa. Os interessados é que ponham número aqui."

Outro dos coordenadores do Centrão, Amaral Netto (PDS-RJ), também foi enfático. "Nós cedemos até o máximo que podíamos. Agora, o que não podemos é transformar a minoria em maioria e a maioria em minoria. Isso, não. A maioria não vai deixar-se no chão para atender aos desejos das galerias, de jeito nenhum!"

A menção às galerias e ao tumulto que marcou a votação da semana passada — quando o Centrão saiu vitorioso com a aprovação da sua proposta básica de alteração regimental — provocou outras discussões. Amaral Netto disse que o presidente da CUT, Jair Meneguelli, apesar de participar daquele tumulto, estivera outra vez, na véspera, nas galerias. "Ele devia ser proibido de entrar ali", completou. E Roberto Jefferson (PTB-RJ) mencionou alguns parlamentares que, segundo ele, estiveram nas galerias incentivando as vaia e ofensas aos constituintes. Amaury Müller (PDT-RS), um dos citados, indignado, repeliu as acusações, dizendo que esteve realmente entre os manifestantes, mas tentando apaziguá-los. Disse que, se a Mesa concluir que teve culpa, renunciará ao mandato, mas desafia o deputado Roberto Jefferson a, em caso contrário, fazer a mesma coisa.

Greve apressa a revoad

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O impasse nas negociações para aprovação do novo regimento e a ameaça da greve de aeronautas, confirmada no final da tarde de ontem, precipitou a saída de Brasília de dezenas de constituintes. Mas não foram só essas as razões: quinta-feira geralmente é dia de debandada geral em direção a seus Estados e é preciso votação muito importante para deixar um parlamentar na Capital em véspera do fim de semana.

No final da sessão de ontem, com cerca de 150 constituintes muitos se apressaram em direção ao aeroporto para garantir o avião antes da greve. Alguns admitiam a possibilidade de viajar de carro para o Rio ou São Paulo, pois sem acordo em torno do regimento não haverá mais votação da matéria até a primeira semana de janeiro, e a previsão é de que as reuniões da Constituinte serão fracas. Para poderem viajar no final de semana em direção aos seus Estados, os parlamentares se preocupam apenas com o dia, isto é, se partem na quinta ou na sexta-feira. De resto, têm vantagens sobre os passageiros comuns: há prioridade para a reserva da passagem e o custo não existe. As passagens são pagas pelos contribuintes.



Fernando Henrique e Covas não conseguem quórum para votar emendas. O Centrão não deixa

Militares recomendam acordo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Os ministros da Aeronáutica e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), brigadeiro Moreira Lima e Paulo Camarinho, defenderam ontem o estabelecimento de um acordo entre o Centrão e as demais facções políticas, dentro do Congresso Nacional, considerando-a como a melhor solução para a Constituinte e para a transição democrática.

"Se os Estados Unidos e a União Soviética, que têm diversidades maiores, conseguiram chegar a um acordo, por que não o Brasil, dentro da Constituinte?", indagou o ministro Moreira Lima. "Acho que agora a decisão do Centrão vai pesar e que o parlamentarismo não vai ser aprovado", complementou seu colega do EMFA, brigadeiro Camarinho, referindo-se a um dos pontos polêmicos, para os militares, no relatório de Bernardo Cabral.

Estas opiniões dos ministros foram feitas no Grupamento dos Fuzileiros Navais, ontem pela manhã, depois de uma cerimônia de entrega de medalhas a personalidades brasilienses e que acabou se transformando numa festa de conagração entre militares e expoentes do Centrão. Receberam a medalha do mérito Tamandaré, além dos deputados Roberto

Cardoso Alves (PMDB) e Ricardo Fiúza (PFL), os senadores Raimundo Lira, Francisco Rollemberg, e os deputados Nilson Gibson, Sólon Borges dos Reis, José Egreja, Gastone Righi (líder do PTB), Afif Domingos, Marcos Cerqueira Lima e Renato Vianna, o único a não pertencer ao Centrão.

E foi o próprio ministro Sabóia quem se encarregou de desfazer as dúvidas quanto à presença de dez parlamentares do Centrão na homenagem da Marinha: "É verdade que os parlamentares homenageados são quase todos do Centrão, mas quando o Conselho da Ordem do Mérito reuniu-se, a 4 de outubro, esse grupo não existia ainda. Os parlamentares condecorados foram aqueles que realmente se interessaram pelos problemas de Marinha e nos ajudaram, demonstrando maior afinidade com nossas teses. A condecoração é, portanto, um ato de reconhecimento", disse.

Dentro do que chamou de "assuntos de interesses da Marinha", o almirante descartou que presidencialismo e mandato de cinco anos estejam incluídos, argumentando que sua Força não advoga temas político-partidários. "Estas não são questões de nossa competência e não estamos fazendo qualquer movimentação nesse sentido. Temos procurado esclarecer e informar sobre assun-

tos específicos de nosso interesse", adiantou.

Apesar dessa posição, o almirante Sabóia é favorável a que a nova Constituição atenda aos anseios de toda a sociedade brasileira. "E como são os constituintes que têm de identificar quais são os interesses e aspirações do povo brasileiro, é importante que a opinião da maioria prevaleça na decisão de pontos importantes dentro da Assembléia Constituinte. Em um regime democrático, as coisas devem ser decididas pela maioria", observou. Por isso, o ministro Henrique Sabóia considera importante, dentro do Congresso Nacional, que a Constituição seja feita com a participação de todos os parlamentares. "Ela será melhor quanto maior for a participação dos constituintes eleitos para isso", reforçou.

Tanto o ministro da Marinha quanto o chefe do EMFA manifestam-se favoráveis à não realização de eleições no próximo ano. O brigadeiro Paulo Camarinho afirmou que isso pode "tumultuar" o processo político, enquanto o almirante Sabóia pensa que a realização de eleições com leis complementares não dará certo.

O ministro da Aeronáutica, presente à cerimônia de comemoração do Dia do Marinheiro, considerou que a condecoração do pessoal do

Centrão foi uma coincidência, uma vez que são eles os parlamentares que se identificam com a defesa dos assuntos mais caros aos militares, aqui incluindo o papel constitucional das Forças Armadas, a amnistia dos militares e, especificamente, a manutenção da Aviação Civil no âmbito do Ministério da Aeronáutica.

FALAM OS DEPUTADOS

Segundo Roberto Cardoso Alves, os ministros militares elogiam a atitude do Centrão na Constituinte, dizendo ainda que se encontram muito seguros da transição democrática, acreditando plenamente na redemocratização. Admitiu que todos os ministros militares gostaram da criação do Centrão pelo fato de seus integrantes serem bastante "refratários a todo tipo de esquerdismo".

O deputado Gastone Righi brincou dizendo ser o único deputado agraciado por "atuação em combate", referindo-se aos recentes episódios de luta registrados no plenário do Congresso Nacional. Sobre suas conversas com os ministros militares disse: "Todos eles querem que a transição política se desenvolva em ordem, não seja abalada. Esperam que os episódios do Congresso não sejam interpretados como tomada de posição, mas sim como preocupação pela Constituinte".

Expedito ameaça deixar o Centrão

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"Marginalizado." É esta a queixa do fundador do Centro Democrático do PMDB, deputado Expedito Machado CCE, que ameaça deixar o Centrão por se sentir pouco prestigiado pelos coordenadores do grupo. "Sou eu sei o que estou passando no meu Estado", diz o ex-ministro de Viação e Obras de João Goulart, casado em 1964, hoje decano do Centrão. "Eu não sou de direita, mas estou suportando tudo isso", desabafou o parlamentar cearense, irritadíssimo por não ter sido chamado a participar da reunião de Ulysses Guimarães com as lideranças partidárias e do Centrão, para entendimentos a respeito da votação da reforma do regimento da Constituinte. "Vocês estão me marginalizando. Acabo largando tudo para atuar à minha maneira", afirmou ele logo depois de deputado Roberto Cardoso Alves (SP), outro dos coordenadores do Centrão.

PARTIDO NOVO

Enquanto isso, o líder do PFL no Congresso Constituinte, deputado José Lourenço, voltava a defender a transformação do Centrão num grande partido que abrigue políticos de diversas agremiações, desde que

identificados na defesa da livre iniciativa e dos postulados democráticos. "Os moderados do PMDB, os pedessistas, os trabalhistas e os liberais poderiam reunir-se a nós, congregando-se num novo partido", sugeriu ele.

Para Lourenço, "o surgimento desse grande partido ajudaria o presidente José Sarney a concluir com êxito o processo de transição, ao mesmo tempo em que viabilizaria a consolidação das instituições democráticas do País. José Lourenço acha, ainda, que os problemas regionais têm de ser superados quando o que está em jogo é o interesse do País. Não tem sentido que os que pensam da mesma maneira estejam dispersos, quando, juntos, seriam imbatíveis, argumenta.

E o deputado mineiro Maurício Campos, vice-presidente do PFL, afirmou ontem que o partido "vai mal por culpa do seu presidente, Marco Maciel, que assinou o documento do Centrão e depois passou a votar contra ele". Além disso, garantiu, Maciel, como presidente, "não procura a sintonia com seus deputados e senadores", e mandou realizar pesquisa "totalmente desnecessária" junto às bases para saber suas preferências em matéria de candidatura à Presidência, "quando este só pode ser Aureliano Chaves".

Centrinho, base para novo partido

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Cerca de 50 parlamentares de vários partidos definiram ontem um novo grupo para atuar na Constituinte, o Grupo de Entendimento ou Centrinho, que, na previsão de um de seus coordenadores, senador Nilson Carneiro (PMDB-RJ), poderá reunir de 80 a 100 representantes.

Ontem, seus integrantes se reuniram pela primeira vez, quando diversos integrantes do Centrão compareceram ao encontro, sob a alegação de que apoiariam aquele movimento de início, principalmente para

criar condições para reformar o regimento interno. "Hoje o Centrão é considerado pela opinião pública como direito, grupo do Amaral Netto; portanto, não dá mais", disse o deputado paulista Francisco Rossi (PDT), ao defender um agrupamento de "centro autêntico" para lutar por nova Carta mais liberal.

O pensamento do deputado define bem a ideologia do novo grupo: o Centrinho pretende lutar por propostas de equilíbrio, que traduzam o pacto com a sociedade e correspondam aos anseios do País pela nova Constituição. Pelo menos foi o que

afirmaram os participantes da reunião de ontem. Além disso, há preocupação de se evitar a adesão de parlamentares nitidamente marcados como de esquerda e esquerda radical, de direita e direita radical.

Segundo um dos organizadores do novo grupo, Alceni Guerra (PFL-PR), a tendência natural dos integrantes do Centrinho é manter a unidade, para a médio prazo lançar as bases de um novo partido político. Alceni disse esperar novas adesões nos próximos dias e, "se conseguir mais 100 parlamentares", já poderá ser considerado o grupo mais forte dentro da Constituinte.

"Comando deve voltar aos técnicos"

CAMPO GRANDE AGÊNCIA ESTADO

"Ao alterar o regimento interno da Constituinte, o Centrão já cumpriu sua função política. Daqui para a frente, os antigos grupos técnicos de trabalho devem comandar o processo de discussão política", afirmou o senador José Richa (PMDB-PR), líder do Grupo dos 32, da Constituinte, ao participar ontem, em Campo Grande, do congresso da União Parlamentar Interestadual (UPI). Ele disse que o Grupo dos 32 vai agora trabalhar para aprimorar o texto da futura Carta aprovado pela Comis-

são de Sistematização, "altamente democrático, mas que não está sendo entendido em sua essência".

O senador afirmou ainda que, embora não tenha objeções à convocação de eleições gerais em 88, como propôs o deputado Delfino Netto (PDS-SP), "as únicas oportunidades no momento" são as para presidente da República. Quanto à proposta do ministro da Justiça, Paulo Brossard, de se elaborar a futura Carta a partir da Constituição de 46, José Richa considera isso um absurdo, "visto que todo o evento político deve caminhar para a frente. Em termos de política, o passado, no Brasil, só é válido para

recordar o que não se deve fazer daqui para a frente".

Na opinião de Richa, o Brasil só vai caminhar no sentido certo por meio de um pacto político, que a seu ver só poderá se concretizar com a implantação do parlamentarismo. Segundo o senador, a sustentação política de um governo é obtida a partir de respaldo popular, de aval militar e de base parlamentar. E arrematou: "Devido ao período de transição, não há respaldo popular. E o simples aval militar representa um retrocesso. Daí a necessidade do parlamentarismo, que permitirá um pacto político".